

A recessão e a saúde

A recessão econômica que atinge o País tem conseqüências perversas para os segmentos sociais menos favorecidos. Alguns destes efeitos são amplamente conhecidos, como o desemprego, as falências, a perda do poder aquisitivo dos salários e das aposentadorias e até o aumento da violência gerada indiretamente. Outras seqüelas não têm merecido a mesma atenção do público e das autoridades, embora requeiram providências urgentes. É o caso da pressão social exercida sobre as entidades filantrópicas, notadamente as santas casas de misericórdia e os hospitais de caridade.

É conhecida a relação direta entre as crises econômicas e a deterioração das condições de saúde da população carente. Isso significa que, em momentos como o atual, a procura pelos serviços benéficos, quer na área ambulatorial quer nas internações, aumenta de forma extraordinária. Como a rede pública de hospitais é notoriamente deficiente, o atendimento médico e hospitalar no Brasil foi gradualmente assumido pelas santas casas e hospitais de caridade até se chegar à situação atual em que os 2.558 hospitais filantrópicos respondem por 63% do atendimento médico do País.

Em diversas capitais e localidades importantes, os estabelecimentos filantrópicos são os maiores e mais bem equipados, quando não os únicos hospitais acessíveis à população. Manter tais instituições através de iniciativas benéficas e do voluntariado é, hoje, impossível. O protagonismo dos hospitais de caridade em substituição à rede pública tem como condição *sine qua non* a trans-

ferência de recursos públicos via Inamps. Sem tais recursos, estas instituições vêem-se ameaçadas de colapso, deixando a população carente ao desamparo.

As santas casas e hospitais de caridade têm vivido sob constante ameaça de colapso, porque seus custos têm, sistematicamente, registrado aumentos em percentuais superiores aos de suas receitas. Embora sem fins lucrativos, elas necessitam dos repasses governamentais a fim de cobrir as despesas com pessoal, manutenção, alimentos, remédios e equipamentos. A situação é particularmente grave porque a mão-de-obra, que representa de 50 a 55% dos custos destas instituições, teve um aumento de 140% em janeiro (data-base), enquanto que o Inamps não reajustou os valores de suas transferências. Isto ocorreu posteriormente, mas em apenas 110%. Além da defasagem, os administradores defrontam-se com uma "bomba-relógio já acionada" na medida em que a nova política salarial prevê reajustes quadrimestrais para os trabalhadores que ganham até três salários mínimos, situação em que se encontra a maioria dos funcionários das santas casas.

Este jornal tem respaldado a necessidade de ser evitado o déficit público no País e da manutenção de políticas econômica e monetária austeras. Ainda no editorial de ontem, entretanto, enfatizava-se a importância de que se adotem medidas que visem à proteção das camadas sociais menos favorecidas, sem que isto implique uma maior participação do Estado na economia. É o caso típico das santas casas.